

GRAZIANO DA SILVA, José. Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária.
São Paulo, Brasiliense, 1985. 103p.

Estamos presenciando, nos últimos meses, o desencadeamento de uma série de movimentos de reivindicação por parte de várias categorias de trabalhadores, organizados em seus sindicatos, atingindo, especialmente, algumas das grandes metrópoles brasileiras como Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Salvador. Estes acontecimentos ocor-

Cad. Dif. Tecnol., Brasília, 2(2):313-327, maio/ago. 1985

rem exatamente no momento em que a chamada “Nova República” enfrenta duro golpe na área econômica com a substituição do Ministro Dorneles, fato que coincide com a súbita elevação da inflação a um nível jamais observado em nosso País (14% de inflação no mês de agosto). Dir-se-ia que o Governo Sarney começa a sofrer os reveses advindos de uma frustrada expectativa de mudança concreta, exigida, principalmente, pelas classes trabalhadoras – mártires maiores de todo o modelo econômico concentrador que se implantou neste País nas últimas décadas. Além disto, observam-se, com bastante atenção e mesmo apreensão, as negociações do atual Governo com o FMI, que indicam a existência de mais um impasse – a necessidade de um endurecimento para responder aos anseios expressos por amplos segmentos da sociedade e a exigência pelo cumprimento de acordos com os credores internacionais. Para um Governo que não pode prescindir de um efetivo apoio popular, a fim de que, legitimado, possa desempenhar o indispensável papel histórico de realizar a transição para uma democracia mais madura, é realmente uma provação. E, dentro ainda deste quadro, insere-se aquela questão que talvez seja a mais premente e polêmica – a fundiária. No bojo dessa efervescência em que vive atualmente a sociedade brasileira, está encravada a discussão apaixonada sobre a proposta de Reforma Agrária, lançada, em conjunto, pelo MIRAD/INCRA, no 4º Congresso da CONTAG, realizado em maio de 1985.

É, pois, diante desse contexto que vemos a atualíssima contribuição do Professor José Craziano da Silva com o seu trabalho intitulado “Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária”, editado e publicado no último mês pela Brasiliense. Trata-se, como ele próprio diz em sua “Apresentação”, de um trabalho “sem nenhuma pretensão acadêmica”. Com outras palavras, justifica o livro destacando que ele “procura mostrar a necessidade de desencadear imediatamente uma reforma agrária no Brasil, posição que não tem encontrado espaço para ser defendida na grande imprensa” (p.7).

Tem-se, desse modo, um texto destinado, fundamentalmente, ao debate e ao esclarecimento do grande público sobre o tema, de extrema importância, da Reforma Agrária. E, neste caso, nada mais significativo que alguém com reconhecida e respeitada tradição de trabalhos acadêmicos, como o Professor Graziano da Silva, se disponha a sair dos limites da Universidade para colaborar concretamente, com a sua experiência, na discussão e construção de uma legítima reforma agrária. A bem da verdade, este não é o único momento em que o Professor Graziano da Silva se envolve nesta luta. Vale lembrar o seu papel ativo na ABRA e na Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

Com uma linguagem clara e extremamente acessível ao público em geral, aborda o tema de forma direta e objetiva, em, basicamente, três eixos de discussão (“Por

que a Polêmica?”, “Aspectos históricos” e “A proposta do MIRAD/INCRA”), tendo ainda uma “Apresentação” e “Indicações para leitura”, distribuídos num conjunto de 103 páginas.

Na parte que intitulou “Por que a Polêmica?”, procura situar os principais pontos relativos à grande celeuma em torno da proposta do MIRAD/INCRA sobre a Reforma Agrária. São eles: 1) a escolha da desapropriação por interesse social como instrumento principal do plano de reforma agrária; 2) a discussão sobre a conceituação de terras produtivas e improdutivas; e 3) o controle do processo de reforma agrária. Sobre este último ponto, destaca a extrema desconfiança das classes dominantes quanto à maneira como tem sido, segundo elas, conduzido o processo: “O que a imprensa conservadora chama hoje de erro tático no lançamento quase ‘holiwoodiano’ do Plano foi o fato de a proposta do MIRAD/INCRA ter sido apresentada no 4º Congresso de Trabalhadores Rurais” (p.11). Ainda neste capítulo, Graziano chama a atenção para aquilo que considera as cinco etapas principais para o desencadeamento de um processo de reforma agrária, sendo a discussão da proposta apenas o seu início. Para o autor, as demais etapas são: a elaboração do plano propriamente dito, os planos regionais de reforma agrária, a elaboração dos projetos de assentamento local e a operacionalização ou execução do plano. Entender a Reforma Agrária como um processo com etapas diferenciadas é crucial, haja vista que esse entendimento implica a compreensão da mobilização que os vários setores interessados fazem em cada um dos momentos formadores daquele processo. Assim, não é sem razão que a este aspecto é dada especial atenção neste trabalho, pois, com base nisto, o autor sugere onde e como avançar. A esse respeito, é mister a identificação dos interesses de classes que perpassam essas discussões.

No capítulo subsequente, o autor faz um relato dos vários períodos em que a Reforma Agrária foi colocada para debate, no decorrer de nossa história. Sem se prender a uma análise mais especializada, que divergiria da proposta deste livro, Graziano da Silva assinala os períodos e os contextos específicos em que a Reforma Agrária no Brasil, desde a sua independência, vem sendo sucessivamente adiada e protelada. O autor enfatiza, neste capítulo, as contradições dos governos militares pós-64 no trato desta questão, quando procuraram dar a esta problemática um caráter de Segurança Nacional (veja-se a criação do MEAF e a sua direção acumulada pelo Secretário do Conselho de Segurança Nacional).

“Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária” aponta também para diversos aspectos frágeis contidos na proposta do MIRAD/INCRA, proposta essa que tem por fundamento o Estatuto da Terra. Dois exemplos desses aspectos frágeis são: (1) a “inocência de se fazer uma proposta para 15 anos, período que extrapola

em muito o horizonte do atual Governo” e (2) a falsa ilusão “de que no ano 2000 os trabalhadores rurais ‘sem-terra’ terão atingido o paraíso, com o seu pedaço de chão garantido” (p.80). Sobre este fato, o autor aborda a contínua expulsão a que fica submetido o trabalhador rural, na medida em que se dá o processo particular de acumulação capitalista na agricultura brasileira. Por outro lado, afirma que, “aparentemente, a grande vantagem, em termos de custos da proposta apresentada de reforma agrária, é a possibilidade de indenizar o valor das terras em T.D.A.” (Título da Dívida Agrária) (p.98).

Enfim, Graziano brinda a todos nós com este excelente trabalho, cuja leitura sugere o esforço do trabalhador rural para fazer valer os seus anseios, sempre novamente frustrados pela tramitação burocrática dos projetos de reforma agrária circulando indefinidamente pelos gabinetes governamentais. Daí, a idéia da necessidade do engajamento de todos na busca da solução de tão importante questão.

Este livro é, pois, um convite à reflexão e, principalmente, um protesto contra o imobilismo – perigo maior para quem realmente está na luta por uma reforma agrária visando dar ao trabalhador rural brasileiro a sua condição de cidadão.

Michelangelo Giotto S. Trigueiro
EMBRAPA/DDT